

O impacto social da Antropologia Brasileira e os tempos sombrios.

Lia Zanotta Machado, Presidente da ABA

Agradeço a Clara Saraiva, Presidente da Associação Portuguesa de Antropologia, sua vinda a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia em Brasília e de ter me solicitado a redação deste texto sobre a atual situação da Antropologia Brasileira. Este texto está baseado em capítulo que redigi recentemente (Machado, Lia Z. em Simião e Feldman, eds., ABA, 2018).

Nos últimos anos, o cenário político a favor dos direitos fundamentais retrocede. A participação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e dos antropólogos em nome da defesa dos direitos fundamentais, balizada em seus estudos antropológicos tem tido grande *impacto* na constituição de políticas sociais e no diálogo com movimentos sociais. Diminuiu, no entanto, nos anos recentes, a capacidade de a antropologia se fazer ouvir pelo Estado para a realização de políticas públicas. Os termos da Constituição Brasileira de 1988 estão em risco no atual contexto político.

O saber antropológico, em grande parte produzido na pós-graduação brasileira, tem alcançado até então *impacto social* relevante e incomensurável para muito além da academia. Foram inestimáveis os laudos antropológicos de alta qualidade que permitiram o reconhecimento pelo Estado Brasileiro das terras indígenas e territórios quilombolas. Foi inestimável a defesa dos direitos fundamentais e da diversidade cultural organizada pela Associação Brasileira de Antropologia

Já nos anos que antecederam o final da ditadura, a ABA¹ esteve presente na participação da sociedade civil junto à Assembleia Constituinte instalada em 01/02/1987. Membros das Diretorias da Associação Brasileira de Antropologia participaram e contribuíram para a introdução no texto da Constituição dos direitos indígenas, quilombolas, dos povos tradicionais, e dos direitos culturais e do patrimônio histórico e cultural. Representantes feministas do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres criado em 1985, participaram a favor da inscrição da igualdade de gênero no texto constitucional.

Em 2014 e 2015 ocorreram eventos que propiciaram manifestação conservadora contra o fazer antropológico e contra a defesa dos direitos fundamentais. Duas grandes Frentes Parlamentares já vinham sendo gestadas no Congresso Nacional desde períodos anteriores: a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) e a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), com características altamente conservadoras.

A FPA foi responsável pelo evento político da instituição de duas Comissões Parlamentares de Inquérito : CPI FUNAI INCRA de 2015 a 2017 buscando o

¹ A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada em 1955, a partir de antropólogos e antropólogas que realizaram a sua primeira reunião em 1953 na cidade do Rio de Janeiro. Em sua segunda reunião em Salvador, criaram a ABA. O estudo de comunidades indígenas, rurais e minorias sociais e raciais eram as principais temáticas dos antropólogos e muitos deles se situavam em instituições de pesquisa e museus, nem sempre em instituições universitárias

bloqueio das demarcações de terras indígenas e quilombolas; e para tal, fazendo a crítica acusatória ao fazer antropológico dos laudos e estudos técnicos.

A FPE foi a grande responsável, pelo evento político que ocasionou o interdito do uso da palavra gênero e do enfrentamento à discriminação de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Ao ser aprovado pelo Congresso Nacional, ficou proibida a presença da palavra gênero no PNE e, em decorrência, foram propostas sucessivas leis estaduais e municipais que buscavam inserir este mesmo interdito.

Se estas duas frentes conservadoras já vinham pressionando os governos Lula e Dilma, alcançaram um poder desmedido com a instalação do Governo Temer em 2016, dado que já estavam profundamente articulados em seus interesses políticos e participavam da mesma perspectiva sobre o entendimento do futuro da nação e do Estado brasileiro. Em 31 de agosto de 2016, o então Vice presidente assume posse de forma definitiva na Presidência da República. Os órgãos executivos FUNAI e INCRA perderam muito de sua efetividade no cumprimento de suas funções e as demarcações de terras e territórios foram paralisadas.

Hoje, com o Governo eleito Bolsonaro, a FUNAI perdeu o poder de propor e estudar demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas. Este poder passou a uma secretaria do Ministério de Agricultura, hoje capitaneado por ex-deputada, participante da Frente Parlamentar Agropecuária.

As duas Comissões Parlamentares de Inquérito denominadas CPI FUNAI-INCRA 1 e 2, se constituíram contra os direitos territoriais e culturais indígenas e quilombolas e acusaram o método antropológico etnográfico, necessário para a elaboração do “laudo pericial” como “parcial”, “não neutro” e, por isso, uma “fraude”. O relatório da CPI não encontra, de fato, “fraudes” O que acusa como fraude é a própria metodologia etnográfica científica no seu cerne, naquilo em que se sustentou o pensamento antropológico nas mais diferentes partes do mundo: a etnografia antropológica exige do pesquisador diálogo profundo e convivência presencial de relativa continuidade com a comunidade pesquisada².

É este o método que permite detectar o sentido da relação da comunidade indígena ou da comunidade quilombola com o seu território. Na produção de laudos, serão os sentidos dados pelos povos tradicionais à sua forma de viver, organizar e sentir que configurarão ou não direitos à territorialidade conforme prevê a Constituição. O antropólogo, encontrando evidências científicas na sua etnografia através da observação dos sentidos dados pelos povos tradicionais ao território e na documentação histórica pode assim apontar as razões pelas quais um determinado povo tradicional pode acessar seus direitos.

Dado o impacto acusatório e judicioso das CPI, há um aumento de tensões no campo da antropologia e em especial na interlocução sobre a inserção profissional do antropólogo e sobre os riscos de se fazer pesquisa em áreas conflitadas. Quais os novos demandantes de “pareceres” e “laudos”? Não somente o Ministério Público e os Juízes, mas também os grandes projetos por parte dos órgãos governamentais, os

² Há explicitação neste sentido no Requerimento no 86/2016 da CPI Funai Incra 2.

projetos de expansão das empresas e os intentos dos proprietários rurais para expandir áreas sobre terras indígenas ou quilombolas. As tensões sociais crescem.

Enquanto isso, os programas de pós-graduação em antropologia e arqueologia crescem. Passamos de 10 programas de pós-graduação na área de Antropologia e Arqueologia em 2000, para 11 em 2003; 14 em 2006; 20 em 2009; 25 em 2012; 29 em 2016 (32 em 2016, se incluimos os novos aprovados). Estes são dados presentes no Relatório da Avaliação Quadrienal 2013/2016 (CAPES, Ministério de Educação, 2017).

A ABA acabou de realizar sua 31 Reunião Brasileira (bianual) de Antropologia em Brasília que contou com cerca de 2.000 antropólogos/as e estudantes.

O fazer antropológico brasileiro tem se dedicado à construção de problemáticas a serem investigadas no contexto brasileiro, mas também internacional. Fazem-se sempre em um contexto cultural e sócio-político e a partir de uma perspectiva situada. Toda a produção científica, não somente das ciências humanas, parte de uma perspectiva situada mas exige sempre a construção de um objeto de pesquisa e uma metodologia e fundamentos teóricos .

Desde os anos 2000, aumenta o número de pesquisadores que se voltam para o estudo da diversidade cultural em outras áreas e países, podendo-se falar tanto dos estudos Sul- Sul, do Brasil para a África, e do Brasil para os vizinhos da América Latina, e ainda alguns países da Ásia, como também pesquisas e reflexões Sul/Norte, em especial Portugal, Estados Unidos, França e Inglaterra, países onde em geral antropólogos brasileiros buscam sua formação ou estadas pós-doutorais. Continuamos focados no estudo da sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, trilhamos o caminho das escolhas por objetos de pesquisa e análise em outros espaços nacionais. Fazemos estudos em âmbito internacional.

Volto aos desafios dos tempos sombrios do contexto político. Reflito agora sobre os já anunciados e realizados cortes de recursos do CNPq (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia). Em informação divulgada em agosto de 2018, o CNPq afirmava que, com um orçamento 33% menor previsto para 2019, o Conselho não conseguirá investir em pesquisas ao longo do ano. Essa foi a solução encontrada para não cortar as bolsas oferecidas pela agência de fomento à pesquisa científica no Brasil. O orçamento cairia de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões em 2019, sendo que só as bolsas providas pela agência já custam por volta de R\$ 900 milhões. Esse valor é distribuído entre 80 mil bolsistas que se dedicam a pesquisas essenciais para o desenvolvimento científico do país.³

Até agora, as bolsas de pós-graduação no país da CAPES e do CNPq se mantêm, mas decrescem. Como pensar a formação pós-graduada sem bolsas (com o risco de assim vir a ser a partir de agosto de 2019) que até então permitiram a dedicação integral de mestrandos e doutorandos? Como pensar a apresentação de trabalhos científicos em congressos internacionais e cooperações internacionais se os recursos escasseiam?

³ Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/08/cnpq-afirma-que-nao-tera-verba-para-investir-em-pesquisa-em-2019.html>

Serão possíveis bolsas de pós-doutorado no exterior? Quase zeraram as do CNPq. Diminuíram as da CAPES.

Como pensar a produção bilíngue de nossos textos para avançarmos no caminho da internacionalização quando escasseiam os recursos e deles precisamos para as traduções?

Os riscos são claros sobre as dificuldades e incertezas para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação no sentido de aumento de sua qualidade e de sua internacionalização. Ciência, educação, tecnologia e cultura são essenciais para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Direitos Fundamentais imprescindíveis.

Ficam os desafios presentes e futuros para a participação dos antropólogos e da Associação Brasileira de Antropologia na esfera pública e na produção acadêmica internacional. Ficam os desafios para as relações dos antropólogos com os povos tradicionais neste momento em que parecem estar sendo alijados de seus direitos.